

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO IV, Nº194 SETEMBRO – PORTO VELHO, 2005
Volume XIV Setembro/Outubro

ISSN 1517-5421

Desenho da Capa: Eliaquim Cunha

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS – História
ARNEIDE CEMIN – Antropologia
FABÍOLA LINS CALDAS – História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL – Geografia
MIGUEL NENEVÉ – Letras
VALDEMIR MIOTELLO – Filosofia

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 150 EXEMPLARES

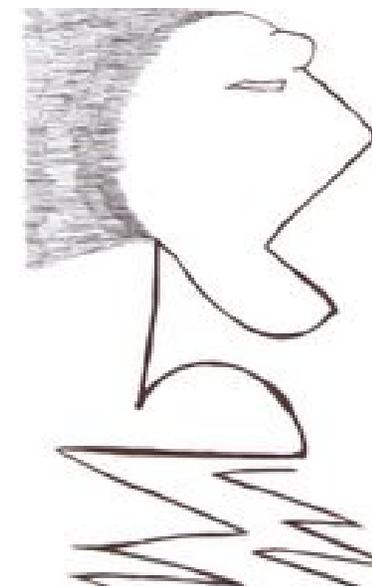
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

194



**REFORMA AGRÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA
DESENVOLVIMENTO RURAL COM INCLUSÃO
SOCIAL NO BRASIL**

Patrício Aureliano Silva Carneiro



REFORMA AGRÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO RURAL COM INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Patrício Aureliano Silva Carneiro
Departamento de Geografia
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
patriciocarneiro@hotmail.com

A terra é nossa vida”. Morador da Região do Jequitinhonha (MG). O latifúndio é o pai da injustiça no campo.

– As Mudanças no Campo Brasileiro O espaço rural tem sofrido mudanças estruturais, causadas tanto pelo processo de abertura comercial e integração econômica como pela estabilização da economia. O final dos anos 60, caracterizado por um momento revolução da agricultura brasileira e pela constituição do Complexo Agroindustrial, propicia a articulação da agricultura com setores industriais especializados.

A entrada do capitalismo no campo varre os camponeses. Novas relações de produção com tecnologia moderna, máquinas, insumos, entre outras, são introduzidas no campo. Segue-se uma revolução agrícola, ou seja, uma reformulação técnica na agricultura, e não uma revolução no sentido de reforma agrária.

A intensificação do uso de tecnologias modernas na agricultura ganhou ímpeto a partir dos anos 60, uma resolução do problema pela via tecnológica, de forma a manter o latifúndio. Isto só foi possível, pois houve no país uma conciliação da industrialização com o latifúndio, através de um conjunto de inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, uma combinação explosiva que propiciava por um lado, a potencialização da produção, mas que causaria por outro lado, um custo social e ambiental muito alto.

A política de crédito rural agrícola na forma em que foi conduzida na década de 70, no intuito de promover aumentos sucessivos na produtividade e aplicação de tecnologias, foi criticada nos pontos da equidade e eficiência, pois beneficiou o uso intensivo de capital em detrimento do fator trabalho, contribuindo para os efeitos concentradores e excludentes, e acentuando nas regiões onde foi executada, a concentração da propriedade da terra e da renda.

O surgimento de alguns movimentos sociais, entre eles o MST, pode ser atribuído a esta revolução agrícola dirigida pela indústria, a qual não provocou uma mudança na estrutura agrária do país, de forma a promover uma revolução agrária, mas construiu uma solução baseada na tecnificação e na militarização. A crise ambiental, a concentração de riqueza e a exclusão social foram os frutos desta revolução agrícola no campo brasileiro.

A reforma agrária se coloca hoje como uma questão atual e nacional, visto que nos últimos anos, o desenvolvimento agrário deixou de existir no Brasil.

2 – A Política de Crédito Rural e suas implicações

A história do crédito rural formal no Brasil teve início em 1931, quando o Governo Federal, através do Banco do Brasil e da criação do Departamento de Café passou a financiar compras de café (Guedes Filho, 1999). A CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil) se tornou o primeiro grande mecanismo de crédito agrícola no Brasil.

Para Delgado (1985), distingue-se claramente duas fases no que diz respeito à compreensão do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico do pós-guerra, cujo divisor de águas se situa justamente na década de 60, quando se inicia o processo ou a etapa de desenvolvimento rural de cunho modernizador.

O rápido crescimento do emprego não agrícola e a intensa urbanização, com conseqüente aumento na demanda por produtos agrícolas incentiva a política de crédito rural, que teve importante papel na articulação dos interesses rurais e urbanos, em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador.

A partir de 1965, através da lei 4.289, a política de crédito agrícola se consolidou no país com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O SNCR tinha como objetivos principais: financiamento de parte dos custos de produção agrícola, estimular a formação de capital, acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer a posição econômica dos produtores (Spolador, 2001).

Com a implantação do SNCR, observou-se entre 1965 e 1975, aumento da produção e modernização do setor, além da concentração de crédito entre poucos e grandes produtores (Araújo & Meyer, 1977).

A década de 70 é caracterizada por um rápido crescimento do crédito rural. O rápido crescimento do Crédito Rural Total na década de 1970 tem como fator causal a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). Entre eles pode-se destacar o POLOCENTRO que tinha por objetivo promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado, e seu aproveitamento em escala empresarial.

Entre os anos 1974 e 1975 houve a maior porcentagem de variação positiva do Crédito Rural (45,77%). Por outro lado, em 1974 também tivemos a maior porcentagem na Variação Positiva da Taxa de Inflação (90,07%). O processo inflacionário gerou maior subsídio creditício e o crédito não sofria correção monetária total, o que proporcionou o aumento das desigualdades distributivas (apenas 20% dos produtores obtinham crédito formal) (Barros, 1979).

Segundo Barros (1979), a partir de meados dos anos 70, em função da mudança de rumos da economia mundial, a economia brasileira começou a sofrer pressão inflacionária e desequilíbrios na balança de pagamentos. A política governamental então teve que se ajustar à nova situação.

O final da década de 70 e início dos anos 80 é caracterizado por outra fase do desenvolvimento agrícola, porém, marcada por retração, em função da crise do sistema creditício, com a taxa nominal de juros triplicando entre 1978 e 1980, destaque para a variação de 153,33% de 1978 para 1979, mas que ainda apresentou um bom desempenho agrícola.

A crise econômica durante a década de 80 foi responsável por movimentos importantes. Por exemplo: o dinamismo do setor industrial deveu-se à indústria extrativa e mineral, enquanto a indústria de transformação esteve praticamente estagnada em função da crise que foi maior na produção de bens duráveis que na indústria de bens de capital. Porém, para alguns analistas, a agricultura reagiu muito bem à crise econômica (Lavinhas & Nabuco, 1991).

A taxa de inflação que parecia estar relativamente estabilizada desde o final da década de 60 sofre um grande aumento em 1974 e 1976 em função da crise econômica e não foi capaz de ser detida, ao ponto que em 1980 face à crise do sistema de crédito, ela praticamente quase que dobra, passando de 53,9% em 1979 para 100,2 em 1980, uma variação de 85,9%.

O crédito rural passa a ser limitado significativamente, principalmente quando se analisa o ano de 1981, onde a redução de 13,81% constitui a maior do período em estudo. O crédito neste momento passa a ser direcionado, destinado de modo específico aos setores modernos, rumo às grandes culturas de cana-de-açúcar, trigo, soja, cacau, algodão e laranja. Neste contexto temos como exemplo, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). Estudos de Gasques et al.(2000) mostram que a média de aplicações nos últimos anos da década de 90, representava menos de 30% do que se aplicava no auge do Sistema Nacional de Crédito Rural, durante os anos 70.

Para Barros (1979) e Sayad (1978), a política de crédito agrícola na forma em que foi conduzida na década de 70, esgotou todas as suas potencialidades e passou a ser criticada em três níveis: equidade, eficiência, e impactos sobre a política monetária.

Os efeitos dessa política, que beneficiou o uso intensivo de capital em detrimento do fator trabalho foram concentradores e excludentes, pois acentuou nas regiões onde foi executada, a concentração da propriedade da terra e da renda.

Na região do Centro-Oeste (Goiás), a introdução da cultura da soja, após a utilização do cerrado pela pecuária, tem acelerado de modo intenso o processo erosivo provocando cada vez mais assoreamento nos canais fluviais.

Estudos do professor Archimedes Peres Filho, do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, que avaliam o impacto ambiental provocado pelas culturas de soja nas cabeceiras do rio Araguaia, indica que o estado atual de conservação e preservação do rio Araguaia, com 2.627 quilômetros de extensão, um dos mais importantes afluentes do Tocantins está sofrendo as conseqüências de um processo quase sem controle, que especialistas denominam de arenização e assoreamento.

3 – Os Limites do Desenvolvimento Rural

A extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, quando diversas regiões sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico, em oposição a outras partes do país rural que perecem na integração econômica, fruto de processos políticos que José de Souza Martins (1994) apropriadamente intitulou de “o poder do atraso”, consiste num entrave às iniciativas de desenvolvimento rural (Zander Navarro, 2001).

O Estado brasileiro já não é capaz de comandar uma forte intervenção no campo. Cita-se como exemplo, o desmantelamento dos serviços de extensão rural e assistência técnica, no Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Bastaria igualmente ressaltar que os anos recentes verificaram a implementação de políticas de privatização que, na prática, quase eliminaram, por exemplo, a presença estatal no chamado “D1 para a agricultura”, isto é, o setor industrial à montante das atividades agrícolas (Graziano da Silva, 1996).

Esta redução da capacidade de intervenção do Estado, se somada aos impactos da privatização em outras áreas (por exemplo, infra-estrutura), vem restringindo, fortemente, as chances de propor uma efetiva política de desenvolvimento rural (Zander Navarro, 2001).

É improvável que haja apoio social amplo e legitimidade política na destinação dos recursos públicos para o desenvolvimento do espaço rural, visto que o país se urbanizou de forma muito espantosa nas últimas quatro décadas.

A mídia, frente ao fracasso do projeto neoliberal liderado pelo PSDB e PFL, assumiu o papel de um verdadeiro partido ideológico dos setores dominantes da sociedade brasileira (MST, 2003). Nas páginas dos jornais e nos noticiários das televisões e rádios, os movimentos sociais são sistematicamente criminalizados. O que deveria ser considerado um crime é a existência de latifúndios num país em que milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. 4 – Estratégias para superação dos Limites ao Desenvolvimento Rural Nenhuma estratégia de desenvolvimento rural poderá assentar-se sem uma prioridade ambiental, especialmente no tocante ao manejo de recursos naturais. A recente crise energética brasileira desnudou, talvez com clareza, que antes de ser decorrente de investimentos insuficientes e/ou mudanças no regime de chuvas, a redução do potencial energético deriva, isto sim, de uma profunda alteração nos sistemas agrícolas e sua expansão, nas últimas três ou quatro décadas (Zander Navarro, 2001), a qual seguiu uma lógica ambiental predatória que reduziu dramaticamente a capacidade de absorção hídrica dos solos brasileiros, eliminando nascentes e afetando a malha de cursos de água e, por extensão a vazão dos rios principais das diferentes bacias hidrográficas.

O caminho da reforma agrária no Brasil deve passar pela emancipação política do povo (trabalhadores do MST), que não tiveram a possibilidade histórica de conhecer uma vida digna. A reforma agrária seria condição de dar uma vida digna no intuito de promover a discussão do destino econômico, político e cultural destes povos, ou seja, a construção de um cidadão emancipado. Caso entendamos a reforma agrária como um processo que conduziria à emancipação política, podemos deduzir que a mesma estaria gestando as bases para a concretização da cidadania no Brasil.

O desafio dos movimentos sociais no campo consiste em inserir estes movimentos num enfoque geográfico, do ponto de vista da espacialização e territorialização. Portanto, estes não podem ser somente movimentos sociais, mas devem ser construídos sobre uma ótica de movimentos sócio-espaciais. As questões são territoriais e políticas, e não somente econômicas e sociais quando é colocado o problema dos sem-terra, sendo necessário, portanto, construir um território da reforma agrária em escala nacional.

É necessária uma aliança pelo desenvolvimento rural, não restritiva do ponto de vista de seus participantes, se o objetivo é de fato garantir um processo de mudanças que seja nacional, no intuito de concretizar a democracia no país e traçar rumos para reduzir gradativamente as desigualdades sociais e econômicas. As políticas destinadas à reforma agrária e à pequena agricultura familiar devem ser de caráter regional e de acesso efetivo mais democrático, de forma a corrigir aspectos concentradores, como o exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com recursos fortemente concentrados na região Sul do país.

O desenvolvimento do espaço rural, tanto do ponto de vista de uma reforma agrária efetiva, quanto do fortalecimento da agricultura familiar deve fornecer subsídios para o fortalecimento de um amplo setor de pequenos produtores na agricultura brasileira, consistindo numa necessidade social, econômica e ambiental, na qual este setor da agricultura se apresenta mais apto para gestão e conservação dos recursos naturais. 5 – Conclusões A resolução da questão agrária necessita de um radical programa de reforma agrária, de forma a modificar a concentração de terra e da renda, programa este articulado a investimentos em educação, renda mínima e acesso a serviços de saúde, condições para superar pobreza e eliminar os mecanismos de dominação política que, de fato, são os maiores responsáveis pelo atraso.

São estes os maiores desafios atualmente existentes entre os que sonham em ver materializados os processos de desenvolvimento rural no Brasil, com objetivo de promover um desenvolvimento sócio-espacial justo e sustentável em termos econômicos e ambientais no intuito de consolidar a democracia e assegurar a inclusão social no país. 6 – Referências Bibliográficas ARAÚJO, P.F.C. de; MEYER, R.L. Agricultural credit policy in Brasil: objectives and results. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 59, n.º. 5, p. 957-961, dec. 1977. BARROS, J. M. de. Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil. In: VEIGA, A. (Ed.) *Ensaio sobre política agrícola*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979. DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985. GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; RODRIGUES, R.I. *Financiamento da agricultura: experiências e propostas*. Brasília: IPEA, 2000. 67p. Graziano da Silva, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1981. GUEDES FILHO, E. M. *Financiamento na agricultura brasileira*. Apresentado no Workshop Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e Gerenciamento de Risco, Piracicaba, 1999. SAYAD, J. *Crédito rural no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1978. 93p. LAVINAS, L., NABUCO, M.R. Regionalização: problemas de método. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 4., 1991, Salvador. *Anais...* Salvador: [s.n.], 1991. Martins, J. de S. *O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *A sociedade apóia a Reforma Agrária e o MST*. Publicação Especial, Setembro de 2003.

Navarro, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v.16, n.º43, dez. 2001. SPOLADOR, H. F. S. *Reflexões sobre a experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura*. 102 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

SUGESTÃO DE LEITURA

OLHARES SOBRE A AMAZÔNIA

MIGUEL NENEVE (org)

Editora da Universidade Federal de Rondônia

RESUMO: O texto, como uma forma de virtualidade singular, como um holograma polidimensional, como uma atmosfera virtual, é um fluxo de múltiplos "universos" ligados a outros múltiplos "universos" além, antes, depois, dentro e a "universo" algum. A conexão entre esses "universos" não é objetiva, mas virtual. A ligação entre os múltiplos "universos" do texto se faz por um "buraco de coelho", como em "Alice no País das Maravilhas".

SUMÁRIO: Texto, autoria e fragmentação; História e virtualidade; Transcrição; Texto base; Pré-leitura; Pós-escrito.

Áreas de interesse: História Oral, Análise do Discurso, Filosofia, História.

Palavras-chave: Oralidade, Hermenêutica do Presente, Texto, História Oral.